



IDENTIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DA PRESENÇA DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

Palavras-Chave: “mulheres com deficiência”; “políticas públicas pessoas com deficiência”

Autores(as):

BIBIANA DE OLIVEIRA MUSCALU, FCA-UNICAMP

Prof. Dr. OSWALDO GONÇALVES JUNIOR (orientador), FCA-UNICAMP

Prof. Dr. RODRIGO ALBERTO TOLEDO (coorientador), FCA-UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Os marcadores sociais da diferença são fundamentais na caracterização das interações entre indivíduos, sociedade e Estado, pois “é por meio do corpo que se reclama o direito de estar no mundo” (DINIZ, 2007, p. 78). Estes colocam mulheres com deficiência em situação de dupla vulnerabilidade, uma vez que a identidade de gênero e a ausência da corpo normatividade comprometem o acesso e a ocupação do espaço universitário. De acordo com o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% das mulheres com deficiência ocupam a categoria “sem instrução e fundamental incompleto”.

Nesse sentido, a dupla vulnerabilidade de mulheres com deficiência, ainda que reconhecida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que estabelece “a igualdade entre homens e mulheres” como um de seus princípios gerais e pelo Art. 6 §1º do Decreto nº 6.949/09, não está propriamente refletida nas políticas públicas para pessoas com deficiência, uma vez que a literatura sobre deficiência é, em sua maioria, uma narrativa de gênero e contexto neutro, segundo o modelo biomédico.

O modelo biomédico da deficiência - seguido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e que norteia as políticas públicas para pessoas com deficiência - pressupõe que as desvantagens experimentadas pelas pessoas com deficiência resultam exclusivamente das lesões, desconsiderando o inverso, ou seja, a possibilidade do contexto oprimir pessoas com lesões e as segregar socialmente. Por isso, para o desenvolvimento deste trabalho, faz-se uso do modelo social - que aborda a deficiência como uma questão estrutural, cultural e coletiva - afinal, mulheres com deficiência representam 13,53% da população brasileira, conforme o IBGE (2010).

Ademais, abordar a educação é fundamental para a caracterização da presença de mulheres com deficiência na sociedade brasileira já que, segundo István Mészáros (2006) (apud LOPES, 2018, p. 121-122), é esta que estabelece as relações entre ‘indivíduo’ e ‘gênero humano’. A partir da apropriação do indivíduo sobre as características do gênero humano, o indivíduo se torna parte do coletivo ‘gênero humano’, e através da educação, constitui sua individualidade. Ou seja, a falta de acesso à educação superior atinge não apenas a integração de mulheres com deficiência à sociedade, mas também sua formação identitária.

Deste modo, essa pesquisa visa analisar os dados - fornecidos pelas universidades estaduais paulistas apenas através de solicitação de acesso à informação - sob o aspecto interseccional não compreendido pelos dados já abertos. A fim de contribuir para a efetivação dos direitos as mulheres com deficiência, que devem ter acesso ao ensino superior porque “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015, Art. 27).

METODOLOGIA:

Através do método histórico - isto é, da análise, síntese e sistematização dos dados apresentados sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior - como os dados do Censo Demográfico 2010, do Censo da Educação Superior 2010, do Censo da Educação Superior 2020, os dados apresentados pela OMS e os fornecidos pelas próprias instituições de ensino através do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) - interpretamos o impacto da narrativa biomédica sobre a manifestação de mulheres com deficiência nas universidades estaduais paulistas. Incluindo observações das medidas de acessibilidade adotadas na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e análise das políticas públicas inclusivas sob a perspectiva interseccional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

De acordo com a Pesquisa Mundial de Saúde, apresentada no Relatório mundial sobre a deficiência da OMS (2011), Pessoas com Deficiência (PcD) têm menor média de escolaridade e índices mais baixos de conclusão do ensino básico, como revela a tabela abaixo.

Gênero x PcD	Concluíram ensino básico	Média de escolaridade	Taxa de emprego
Homens sem deficiência	61.30%	7.03	64.90%
Homens com deficiência	50.60%	5.96	52.80%
Mulheres sem deficiência	52.90%	6.26	29.90%
Mulheres com deficiência	41.70%	4.98	19.60%

Figura 1. Dados do "Relatório mundial sobre a deficiência" da OMS (2011). Fonte: OMS(2011)/Autoria própria.

Outrossim, de acordo com o Censo Demográfico 2010, 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência - 56,54% deste grupo é feminino; e 39,5% dos brasileiros acima de 15 anos que declararam não ter concluído o ensino fundamental são pessoas com deficiência - ou seja, 61,3% dos brasileiros com deficiência agrupam a categoria “sem instrução e fundamental incompleto” do relatório. Considerando a identidade de gênero, 45% das mulheres acima de 15 anos que declararam não ter completado o ensino fundamental são mulheres com deficiência. Isto é, 60% das mulheres com deficiência agrupam a categoria “sem instrução e fundamental incompleto”. Enquanto 34% dos homens acima de 15 anos que declararam ter o ensino fundamental incompleto possuem alguma deficiência. Sendo assim, de que forma pessoas com deficiência, especialmente mulheres com deficiência, ocupam três das melhores universidades do país?



Figura 2. Grao de escolaridade de Mulheres com Deficiência. Fonte: IBGE (2010)/Autoria própria.

Ocupação	UNICAMP	UNESP	USP
Alunos com deficiência	0.18%	0.94%	indeterminado/608171
Alunas com deficiência	0.07%	0.40%	indeterminado/608171
Docentes com deficiência	1.35%	2.14%	140/indeterminado
Docentes mulheres com deficiência	0.21%	0.69%	43/indeterminado
Servidores com deficiência	1.38%	1.92%	343/indeterminado
Servidoras com deficiência	0.57%	0.70%	157/indeterminado

Figura 3. Ocupação de pessoas com deficiência nas universidades estaduais paulistas, conforme dados fornecidos pelo SIC das universidades após as solicitações realizadas em maio de 2022.. Fonte: Autoria própria.

Os poucos anos de escolaridade e a inexpressividade de pessoas com deficiência nas universidades de elite são reflexos de “barreiras incapacitantes”¹ - ao dificultar o acesso de PcDs ao ensino - que atuam como mecanismos de expulsão compulsória, ao comprometerem a permanência dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, a Figura 3, referente à acessibilidade no campus da FCA da UNICAMP, além de exemplificar a atuação dos mecanismos de expulsão compulsória - a final, o elevador, o recurso acessível existe, mas encontra-se desligado - ilustra que a falta de acessibilidade é causa (barreira incapacitante) e consequência (mecanismo de expulsão compulsória) para a inexpressividade de pessoas com deficiência nas universidades.



Figura 4. Elevador da FCA desligado. Fonte: Autoria própria.

A propósito, a FCA foi citada como referência no relatório com projetos de melhoria para garantir acessibilidade nos campi da Unicamp, elaborado em 2018, já que “sua estrutura foi toda projetada em atendimento às normas e leis de acessibilidade” (ADORNO, 2018).

Entretanto, além dos elevadores desligados, no restaurante universitário, por exemplo, faltam, entre outros, mesas que atendam às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida e com sobrepeso ou obesas, piso tátil para deficientes visuais e adaptação das superfícies de apoio para bandejas. Então, nem as instalações da faculdade-referência em acessibilidade são de fato acessíveis, porque apesar de seguir algumas das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 em seus prédios de ensino, a ausência das mesmas práticas em outros espaços de convivência, como no restaurante universitário e no pátio, também restringe a interação e integração de pessoas com deficiência.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que, as políticas públicas para pessoas com deficiência, da forma com a qual estão estruturadas, não reconhecem o impacto do ambiente sobre o grau de dificuldade e necessidade de assistência a pessoas com deficiência. É a precariedade ambiental que marginaliza pessoas com deficiência, principalmente mulheres, e as situam apenas como espectadoras da vida em sociedade. Portanto, além da criação de cotas para pessoas com deficiência nas universidades, é fundamental a condução de mais estudos interseccionais sobre a deficiência, pois, como observado, gênero é um marcador social determinante para a experiência social vivida. Os estudos interseccionais contribuem, inclusive, para garantir políticas públicas mais efetivas.

¹ Definidas pela CDPD e pela CIF como os fatores ambientais que restringem a participação de pessoas com deficiência, como: falta de acesso; falta de consulta e envolvimento; falta de dados e evidências; financiamento inadequado; falta de serviços; serviços desqualificados; capacitismo; políticas e padrões inadequados.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**. 2015. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 25 de jul. de 2023.
- ADORNO, Ricardo. **Unicamp vai solicitar recursos para melhorias na acessibilidade de pessoas com deficiências**. Unicamp, 16 de mar. de 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/03/16/unicamp-vai-solicitar-recursos-para-melhorias-na-acessibilidade-de-pessoas-com>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 24 de jul. de 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2010: resumo técnico**. Brasília, 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf. Acesso em: 09 de mai. de 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 09 de mai. de 2022.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, de julho de 2015. Diário Oficial República Federativa do Brasil, DF, 06 de jul. de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 de mai. de 2022.
- BRASIL. Presidência da República. **DECRETO N°6.949, DE 2009**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 29 de mai. de 2009.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf. Acesso em: 09 de mai. de 2022.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Vitória, 2014. Disponível em: http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf. Acesso em: 09 de mai. de 2022.
- LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. **Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública**. Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33463/1/TESE%20FI%C3%A1via%20Augusta%20Santos%20de%20Melo%20Lopes.pdf>. Acesso em: 29 de mai. de 2023.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 25 de mai. de 2023.